



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI DA
ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2025 (PLE n.º 159/2024)

4ª SESSÃO LEGISLATIVA
19ª LEGISLATURA

27 de novembro de 2024

Às dez horas do dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e quatro, no auditório do Centro de Cultura Vereador Manuel Querino da Câmara Municipal de Salvador, localizado na Praça Thomé de Souza, Centro, nesta capital, por convocação da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, realizou-se Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto da Lei Orçamentária anual (PLOA) para o exercício de 2025 do Município de Salvador (PLE n.º 159/2023 – “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Salvador, para o exercício de 2025”), em cumprimento ao disposto no art. 165, § 5º, da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Marcaram presença e compuseram a mesa os vereadores **Daniel Alves** – Presidente da Comissão, **Duda Sanches e Marta Rodrigues**, bem como o Secretário da Casa Civil, **Luiz Carreira**, a Diretora Geral de Orçamento, **Ana Nery Reis**, o Subchefe de gabinete da Casa Civil, **Moysés Andrade**, e o Diretor do Tesouro Municipal, **Ricardo Gois**. Outras autoridades e membros da sociedade civil acompanharam a audiência. Dando início aos trabalhos, o Presidente Daniel Alves declarou aberta a audiência e registrou que o evento estava sendo transmitido em tempo real pela TV Câmara, tanto pelo canal da TV quanto pelo perfil do Facebook. Justificou o atraso do início do evento, previsto para as 09 horas, por conta das chuvas torrenciais que caíram na cidade durante toda a manhã. Falando especificamente sobre a audiência pública, salientou que a população, caso queira fazer alguma sugestão ou modificação no projeto em análise, pode procurar seu vereador para que, por meio deste, as propostas possam ser analisadas pela Comissão. Feitas as devidas apresentações das autoridades e lideranças comunitárias presentes, passou a palavra à Diretora de Orçamento da Casa Civil, Ana Nery, que iniciou a apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) concernente ao exercício de 2025. Enfatizou o caráter coletivo relativo à construção da proposta, que contou com a participação de diversos órgãos, entidades e setores da administração pública municipal. Destacou que o objetivo primordial da apresentação é o de tornar o projeto mais acessível e compreensível à população e aos vereadores. Em seguida, evidenciou os seguintes pontos e deu destaque a situações específicas dentre os temas tratados: cenários de concepção da Lei Orçamentária Anual (LOA); as etapas de sua elaboração; resumo geral da receita, com detalhamento de aporte nacional e internacional de crédito; previsão da despesa por categoria e grupo, destacando, nesse ponto, aspectos relativos às despesas correntes, de capital e reserva de contingência; despesas por órgão e por função, destacando o compromisso governamental em fomentar a área social, notadamente a relativa a saúde e educação, com o fito de fortalecer a integração das políticas sociais; entre outros. A Diretora pontuou ainda a disponibilização do detalhamento das ações em tela no sítio eletrônico da Casa Civil, assim que a apresentação for finalizada, para aqueles que tiverem interesse em sua análise, e terminou sua fala colocando-se



**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**



à disposição para quaisquer esclarecimentos. O presidente Daniel Alves ressaltou que a exposição feita pela Diretora de Orçamento foi esclarecedora para que as pessoas possam ver como estão sendo aplicados os recursos municipais. Além disso, reabriu o prazo para apresentação de emendas ao Projeto da Lei Orçamentária (PLE n.º 159/2024) por mais 72h, de forma a que os parlamentares possam ajustar as propostas já enviadas ou apresentar novas até o término do período. O Chefe da Casa Civil, Luiz Carreira, inicialmente destacou o papel dos vereadores na execução da vontade popular e na interlocução com o Poder Executivo. Fez algumas considerações sobre temas ligados ao objeto da apresentação. Destacou que o diferencial da LOA 2025 é a destinação de percentual relevante dos recursos para investimentos. Segundo frisou, essa é uma marca importante da gestão, que conseguiu alavancar recursos para essa finalidade. Acrescentou que o projeto apresentado à Câmara aponta para investimentos importantes tanto na área social como em infraestrutura. Falou ainda da importância do orçamento para o futuro da cidade. Frisou a importância do evento para a transparência das contas públicas municipais. Comentou sobre as chuvas no município e sobre as ações adotadas para o planejamento, prevenção e combate a situações relacionadas a esses eventos climáticos. Ademais, salientou que a Prefeitura vem recebendo reconhecimento de diversas entidades nacionais e internacionais no que diz respeito a sua atuação em diversas áreas. Citou como exemplo educação, cultura, saneamento, esporte, infraestrutura gestão fiscal, dentre outras. Falou especificamente sobre alguns projetos em andamento na cidade e das fontes de financiamento a esses projetos, a exemplo das operações contratadas pela entidade municipal para custear os referidos empreendimentos. Salientou a importância da proposta do PLOA em apreciação, tendo em vista que será o orçamento aprovado para o fechamento do Plano Plurianual 2022/2025 (refletindo a ideia de continuidade do orçamento público), bem como o do início do novo ciclo do mandato do prefeito do município. Frisou que a gestão da Prefeitura de Salvador está entre as que mais executaram as promessas de campanha no Brasil. Na sequência, o presidente da Comissão passou a palavra aos seus pares para que pudessem fazer os questionamentos pertinentes. Preliminarmente, a parlamentar Marta Rodrigues falou da importância da audiência tanto para o controle popular como para a fiscalização legislativa. Parabenizou a apresentação da forma como foi conduzida, de modo a trazer para a realidade das pessoas, de forma simples e compreensível, temas tão complexos como os do orçamento público. Salientou que o processo construção, discussão e aprovação da Lei Orçamentária deve ser democrático, com ampla participação popular. Pontuou algumas previsões da peça orçamentária em relação ao ano corrente, como a de 12% a mais em taxas, impostos e contribuições de melhoria, 11% a mais nas transferências correntes, 37% a mais nas transferências de capital, 20% a menos nas receitas patrimoniais e 43% a menos nas receitas de alienação de bens. Por outro lado, no que se refere às despesas em comparação com o orçamento do ano corrente, ressaltou que as relativas a pessoal e encargos foi 5% maior que em 2024, investimentos 22% menor, juros e encargos da dívida 108% a mais, inversões financeiras 33% a mais. Quanto à despesa com pessoal, salientou que, apesar de 5% maior no ano corrente, ao se considerar o valor global da despesa, esta vem apresentando diminuição nos últimos anos, reduzindo-se de 34% para 30,8% da receita corrente líquida. Manifestou preocupação ainda acerca da estimativa de receitas referentes a investimentos, principalmente no que se refere à execução dessas despesas, as quais, segundo informou, vem sofrendo com baixa execução nos últimos anos, levando-se em consideração a previsão nas peças orçamentárias. Falou ainda



**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**



sobre a redução de receitas para a Codesal na casa dos 10%, ao passo que o orçamento da Secretaria de Comunicação do governo municipal obteve incremento. Respondendo aos questionamentos, Luiz Carreira ressaltou inicialmente que as previsões menores que as do ano anterior são fruto dos cenários com os quais se tem trabalhado atualmente, considerando as perspectivas de novas receitas, dentro da projeção realizada pela Secretaria da Fazenda do Município. Sobre operações de crédito, falou que, em regra, ao se aprovar a lei referente à operação, já é permitido constar no orçamento os valores previstos na matriz de vencimento. É preciso constar no orçamento para que possa ser utilizado. Se será realizado ou não, dependerá do tempo de tramitação processo de aprovação nos órgãos de controle. Nesse contexto, salientou a importância de tais operações para a cidade e para a antecipação de obras e serviços à população. No tocante aos investimentos, aduziu que a diminuição se deu por conta dos investimentos em anos anteriores. Investiu-se muito nos anos iniciais do governo. Dessa forma, seria natural um decréscimo posterior. Com relação aos empréstimos, ressaltou que eles foram para áreas essenciais e que o crescimento da amortização é um processo natural, uma vez que os investimentos realizados estão em processo de maturação. Estaria dentro do planejamento da Prefeitura e representa um percentual pequeno do orçamento. Em relação à Secretaria de Comunicação, afirmou que os valores são os mesmos que vêm sendo aplicados anualmente. Por fim, nada mais havendo a tratar e sem manifestação do público ouvinte, o presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, vereador Daniel Alves, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a audiência às 12h10min.

DANIEL ALVES
PRESIDENTE DA COMISSÃO

DUDA SANCHES

MARTA RODRIGUES